

Ata nº 148 / XIII / 4.ª SL

Aos 26 dias do mês de outubro de 2018, pelas 9 horas e 50 minutos, reuniu em sessão ordinária a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

Ponto Único

Apreciação e votação do Parecer da [Proposta de Resolução n.º 74/XIII/3.ª](#) – Aprova a Decisão (UE, Euratom) 2018/994 do Conselho de 13 de julho de 2018 que altera o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom do Conselho de 20 de setembro de 1976

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Pedro Filipe Soares** o qual, após ter saudado todos os presentes, concedeu a palavra ao GPPSD para apresentação do Parecer.

O senhor **Deputado José Cesário (PSD)** apresentou o Parecer, elencando os objetivos da iniciativa e destacando que o artigo 3.º não se aplica a Portugal, conforme ata exarada pelo Governo ao Conselho sobre a matéria. Acautelado este tema, referiu que a iniciativa visa garantir o aumento da participação eleitoral dos cidadãos europeus, estando em condições de ser votada.

Em seguida tomaram a palavra os membros da Comissão:

Deputada Carla Cruz (PCP), para informar que o GPPCP irá aprovar o parecer, uma vez que este reflete objetivamente o conteúdo da iniciativa e manifestar a sua preocupação com o conteúdo da proposta, que referiu, levanta questões constitucionais, remetendo para o Plenário o debate sobre a matéria.

Deputado João Pereira Gonçalves (CDS/PP), para referir que o GPCDSPP irá aprovar o parecer, dando nota que o debate da substância será efetuado no Plenário.

Deputada Lara Martinho (PS), para frisar a importância da proposta no reforço da participação eleitoral e consciência política europeia, reiterando que o Governo acautelou a posição de Portugal face ao disposto no artigo 3.º, deixando claro perante o Conselho que a Constituição da República Portuguesa não permite a aplicação desta cláusula.

Retomou a palavra o **Deputado Relator José Cesário (PSD)** para agradecer as intervenções e frisar que a Europa tem necessariamente que ser mais do que uma mera soma de partes e que só assim será forte a todos os níveis.

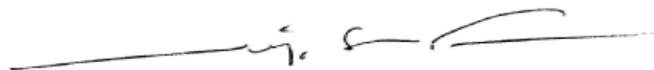
Terminadas as intervenções, o parecer foi sujeito a votação, tendo sido aprovado pela unanimidade dos Deputados presentes.

Inexistindo outras questões a abordar pelos senhores Deputados, o senhor **Vice-Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas 10 horas e 10 minutos.

O registo áudio da presente reunião está disponível [aqui](#):

Palácio de S. Bento, 26 de outubro de 2018

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Odete João
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
António Ventura
Carla Cruz
Maria Augusta Santos
Rubina Berardo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Jamila Madeira
Joana Lima
João Oliveira
Maria Manuel Rola
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 20 de novembro de 2018